

## OS CAMPONESES FACE À EXTENSÃO RURAL

### THE PEASANTS IN VIEW OF THE RURAL EXTENSION

Joel Orlando Marin<sup>1</sup>

Ricardo Rossato<sup>2</sup>

#### - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA -

#### RESUMO

O artigo aponta que as práticas sociais dos camponeses frente à Extensão Rural são ambíguas e contraditórias, resultando em conformismo e resistência. Por um lado, a supremacia do conhecimento científico, o caráter impositivo das práticas educacionais extensionistas, o controle através do crédito agrícola e dos pacotes tecnológicos são mecanismos de imposição de novos conhecimentos e tecnologias que, assimilados pelos camponeses, conformam-nos à hegemonia da sociedade capitalista. Por outro lado, os camponeses resistem à essa racionalidade tecnológica, fundamentando-se em sua forma própria de organizar a produção agrícola, na sua cultura e saberes adquiridos em suas experiências de vida.

**Palavras-chave:** camponeses, extensão rural, educação rural.

#### SUMMARY

This study found that peasants social practices in relation to Rural Extension are ambiguous and contradictory, resulting in resignation and

resistance. The supremacy of scientific knowledge, the imposing character of educational extension programs, and the technological plans are mechanisms used to impose new knowledge and technologies. These lead the peasants to conform themselves to the hegemony of the capitalistic society. As a matter of fact, peasants resist this technological rationality. They organize the agricultural production according to their culture, their own pattern and knowledge obtained during their life experience.

**Key words:** peasants, rural extension, rural education.

#### INTRODUÇÃO

Grande parte dos estudos realizados acerca da Extensão Rural tem focado a visão institucional ou, pelo menos, a incorporam. Esta pesquisa tem como ponto de partida, não a visão institucional mas a visão dos sujeitos da educação, isto é, os camponeses e seu grupo familiar.

A análise da ação educativa extensionista na modernização tecnológica no meio rural brasileiro necessita de um referencial teórico e metodológico que possibilite o entendimento da educação como prática

<sup>1</sup>Médico Veterinário, Mestre em Extensão Rural, Professor Assistente da UFG, Departamento de Economia Rural, Caixa Postal 131, 74000-970, Goiânia - GO.

<sup>2</sup>Sociólogo, Dr. em Demografia, Professor Titular, Departamento de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 97000-970 - Santa Maria, RS.

histórico-social que se articula com o conjunto das forças materiais de produção e com o domínio político-social onde a mesma se realiza. Isto ocorre por que os homens não só produzem a vida material mas, concomitantemente, elaboram nexos com um conjunto de idéias político-jurídico-culturais. E, mais do que isso, a educação não é apenas espaço para a reprodução das relações sociais de produção, mas a educação também pode contribuir para ultrapassar as condições de existência na busca da transformação da realidade. Para melhor compreensão da educação como prática social que se vincula a produção e transformação da realidade objetiva, elegeu-se o marco teórico oferecido por Gramsci.

Este ensaio tenta desenvolver o tema a partir desta perspectiva, tendo como base vários anos de convivência com o campesinato na região da ex-Colônia Italiana de Silveira Martins, RS<sup>(a)</sup> e de estudos realizados acerca do campesinato desta região (MARIN, 1991 e 1993).

O objetivo central do estudo é analisar as práticas sociais de conformismo e resistência dos camponeses frente à educação extensionista, avaliando em que medida o projeto educacional hegemônico é aceito pelos camponeses e em que medida é rejeitado por não atender aos seus interesses econômico-político-sociais.

## **2 - As práticas sociais de conformismo e resistência**

Ao analisar as práticas sociais das classes subalternas, Gramsci constata que ao nível da consciência dos homens simples há uma combinação complexa e contraditória de idéias e ações que se movem entre o conformismo social e certa compreensão crítica do mundo.

Se, para Gramsci, "todos os homens são filósofos" porque pensam a realidade de acordo com determinada "concepção de mundo", não significa que todos os homens tenham consciência crítica e reflexiva da realidade em que vivem. Pelo contrário, Gramsci admite que o homem comum apresenta um aglomerado de fragmentos de idéias e culturas conflitantes entre si que em muitas situações, o faz agir sem ter consciência teórica de suas ações: "o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase impossível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente

o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade, e outra, superficialmente explícita ou verbal que ele herdou do passado e acolheu sem crítica" (GRAMSCI, 1987).

Assim, o conformismo tem estreitas ligações com a submissão e subordinação intelectual, isto é, produção de um consenso social que torna aceitável a direção econômica, política e social que a classe dominante imprime a toda sociedade. O conformismo dá-se por dois mecanismos básicos: 1<sup>o</sup>) assimilação da ideologia dominante pelas classes populares; 2<sup>o</sup>) ausência de uma concepção de mundo unitária, coerente e homogênea no interior das classes subalternas (GRAMSCI, 1987).

A resistência está inserida no interior da luta de classes, caracterizando-se pela recusa e indignação à dominação econômica, política e cultural que recai sobre os grupos populares. Admitir esta possibilidade, significa afirmar que nesta classe há um mínimo de reflexão e questionamento, a partir dos quais torna-se possível a elaboração de uma visão de mundo mais coerente e homogênea. Assim, a resistência tem ligações com o bom senso na medida em que nela há certa dose de experimentação, observação direta e reflexão da sociedade (GRAMSCI, 1987). Porém, como ressalta ORTIZ (1980), admitir que há espaços de resistência social não significa afirmar a existência de núcleos revolucionários da estrutura social. Significa apenas compreender que a hegemonia encontra-se fragmentada e nunca ocorre como processo contínuo. Neste sentido, a resistência constitui-se num entrave à hegemonização do mundo proposta e defendida pelas classes detentoras do poder.

Se a educação desenvolve-se numa realidade contraditória em que as forças sociais antagônicas coexistem, conseqüentemente, a educação não é apenas um espaço e um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção. Na medida em que a educação promove o avanço das forças produtivas também abre espaço para manifestações das contradições. A Extensão Rural, ao repassar a "visão de mundo" dominante através de sua proclamação universal, debate-se com os trabalhadores rurais, que num movimento contrário à sociedade colocam em questionamento tais anúncios. O fato é que homens não são apenas receptáculos dos depósitos de saber, mas são agentes históricos que participam de uma cosmovisão, originária de sua própria experiência de vida no mundo. Este enfoque supera a teoria reprodutiva dos aparelhos ideológicos do Estado de ALTHUSSER (1985), uma vez que esta se apoia numa visão determinista do Estado e passiva das massas.

A classe dirigente tem suas idéias pedagógicas dominantes, necessárias à hegemonia social, daí

que: "toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI, 1987). Neste processo se estabelecem relações autoritárias e hierarquizadas como tentativas da classe hegemônica de substituir ou anular a "concepção de mundo" das classes subalternas. Para isso, a classe dominante atribui à sua cultura um caráter universal e superior, visando desagregar e absorver a "visão de mundo" popular. Por um outro lado, a visão de mundo do povo é tratada como algo atrasado, arcaico, tradicional e que deve ser substituída pela cultura superior (CHAUÍ, 1989).

Contudo, as classes subalternas também apresentam suas idéias pedagógicas que podem estar em conformidade ou antagonicamente às idéias dominantes. Os agentes educacionais e organizações próprias das classes subalternas veiculam idéias desenvolvidas a partir de sua prática social. Essas idéias oscilam entre aceitar as propostas que proclamam atender as necessidades gerais da sociedade e não acatar, desmistificando a apropriação restrita dos benefícios de tais propostas. Desta forma, a dominação mediante os programas educacionais não é um processo estático e nunca se complementa pois, o próprio desenvolvimento das forças produtivas, no qual a ação educacional incide, é gerador das contradições. Assim, abrem-se espaços de luta, de resistência e de politização da cultura em busca de possibilidades emancipatórias (CURY, 1985).

### 3 - Os camponeses e a extensão rural: breves anotações

A partir do estudo de vários autores é possível afirmar que o campesinato apresenta uma forma própria de organizar a produção material necessária à sua reprodução biológica e social. Caracteriza-se por estar orientada à produção de bens de uso, necessários à reprodução da força familiar; ter a posse da terra e outros instrumentos de trabalho; utilizar o recurso do trabalho familiar; e desenvolver uma produção comercial que assegure o suplemento monetário para adquirir aqueles bens não produzidos diretamente na propriedade. Esses elementos que compõem a forma de produção camponesa lhes dão um caráter próprio definindo-se como não-especificamente capitalista (CHAYANOV, 1981; MARTINS, 1983; SANTOS, 1984; PINTO, 1981).

Essa visão própria de organizar a economia camponesa é acompanhada também de formas específicas de organizar a vida familiar e comunitária e de um conjunto de normas, valores, comportamentos, crenças e hábitos que lhes dão uma "visão de mundo" própria (PINTO, 1981). Assim, os principais conhecimentos necessários à vida camponesa são definidos

e criados no interior da própria família e comunidade. Eles surgem a partir da observação direta da realidade, de suas necessidades e possibilidades sociais. É um processo prático que demanda constante criação e recriação. Nestes termos, a própria experiência de vida dos camponeses torna-se uma agência educativa elementar, sendo a família e a comunidade os principais agentes educacionais.

Todavia, a produção camponesa não é uma instância isolada, mas está inserida de forma subordinada econômica-culturalmente ao capital. Esse processo de subordinação se realiza em diversos momentos: a) através do fornecimento de mercadorias ao capital comercial a preços baixos, contribuindo para reduzir os custos da reprodução da força de trabalho urbano e manter baixos os salários pagos a estes setores; b) como consumidores de produtos industriais utilizados na agricultura e de meios necessários à reprodução familiar. O consumo destes produtos contribui para a ampliação do mercado do capital industrial, intermediado pelo capital comercial e financeiro; c) como fornecedores de mão-de-obra assalariada a baixo ônus para a sociedade capitalista. Isto relaciona-se com o processo contínuo de expropriação a que as famílias camponesas estão submetidas, resultando na saída de alguns de seus membros para trabalhar em empregos urbanos ou rurais.

A subordinação econômica relaciona-se diretamente com a subordinação política-cultural. Desta forma, o próprio processo de transformação tecnológica que acompanha o desenvolvimento capitalista no campo impõe um outro conhecimento estreitamente vinculado aos seus interesses. O conhecimento do camponês passou a ser questionado e desqualificado porque não mais consegue responder às exigências e imposições da sociedade em que se insere. Na medida em que as tecnologias passam a intermediar as relações sociais entre camponeses e sociedade capitalista, houve ruptura do alto grau de unidade existente entre: trabalhador, condições materiais de trabalho e conhecimento. O conhecimento deixa de ser "apossado" pelo camponês para localizar-se na própria tecnologia. Com efeito, "ao separar o conhecimento do trabalho, retira do trabalhador a condição de domínio sobre seu processo, já que o conhecimento técnico está embutido na tecnologia que permeia a relação básica de produção" (RODRIGUES, 1984). Assim, o camponês perdeu parte do controle de seu próprio trabalho, tornando-se econômico-político e culturalmente dependente. Neste processo, a Extensão Rural surge como instrumento mediador entre grupos hegemônicos e camponeses.

No Brasil, a Extensão Rural foi implementada no final dos anos 40, estende-se até os dias de hoje,

caracterizando-se por ser um projeto de educação rural não formal que atingiu adultos e jovens. Através de procedimentos metodológicos próprios, o projeto extensionista visava a modernização tecnológica das atividades agropecuárias e domésticas, bem como a qualificação da mão-de-obra do homem rural. Desta forma, a Extensão Rural acreditava que estaria elevando os níveis de produção e produtividade e, conseqüentemente, proporcionando melhores níveis de vida ao homem rural. Ademais, a Extensão Rural teve importante participação no processo de elaboração e difusão da ideologia modernizadora que serviu para implementar e justificar as modificações tecnológicas. Por isso, preocupou-se em qualificar a população rural técnica-ideologicamente, garantindo que o homem rural e sua família entrassem no ritmo e dinâmica da sociedade industrial (FONSECA, 1985; QUEDA, 1987).

A Extensão Rural buscava a redefinição do papel da pequena produção camponesa no interior do sistema produtivo, através da mudança da mentalidade do camponês para um comportamento empresarial. Por isso, desejava a superação de técnicas atrasadas, "não racionais", provenientes do folclore, das visões mágicas e religiosas por considerá-las inadequadas ao desenvolvimento e a nova ordem que se expandia no meio rural. Esse processo se concretizaria mediante a utilização de novas técnicas de produção, máquinas, equipamentos, fertilizantes, vacinas, utensílios domésticos, enfim, mediante a renovação tecnológica.

Neste sentido, a Extensão Rural operou tanto na reprodução das relações sociais de produção quanto na reprodução da consciência dos camponeses. Era necessário obter adesão e consentimento das grandes massas do meio rural para consolidar o projeto hegemônico de transformação apenas nas bases tecnológicas, isentando assim, a realização das necessárias transformações da estrutura agrária brasileira. Assim, a Extensão Rural viria a caracterizar o que FONSECA (1985) denominou de "projeto educativo para o capital".

A introdução de novas tecnologias tornou o trabalho do camponês mais leve e produtivo mas, no entanto, houve ampliação da dependência e subordinação à classe hegemônica ligada ao capital financeiro, industrial e comercial. Esses setores não só expropriaram economicamente como também passaram a determinar os conhecimentos necessários e intensificar o ritmo de trabalho na lavoura. Assim, a Extensão Rural contribuiu, a sua maneira, para viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas no campo e transferir rendas à classe hegemônica. Por isso, buscou substituir a "visão de mundo" do camponês por uma "concepção de mundo moderno", a lógica do capital, cujos

pressupostos encontram-se na racionalidade tecnocrática.

Contudo, os camponeses nem sempre conformam-se às propostas modernizadoras da Extensão Rural. Há um certo saber de resistência entre os camponeses que impossibilita uma homogeneização da "visão de mundo" dominante, defendida pela Extensão Rural. Assim, as práticas sociais dos camponeses frente ao projeto educativo da Extensão Rural são ambíguas, contraditórias e aparecem, em determinados momentos, conformando-se a ele e, noutros, rejeitando-o, resistindo-o.

#### 4. Conformando-se, resistindo

A Extensão Rural, enquanto projeto educativo hegemônico, visava dar as diretrizes econômica, política e cultural sobre os demais grupos sociais rurais. Para tanto, a Extensão Rural busca seus fundamentos na racionalidade tecnocrática. Nesta, segundo SEVERINO (1986), o conhecimento científico e a tecnologia são vistos como verdadeiros, neutros e objetivos, aptos a dar e reger todas as respostas para a existência social dos homens. Esta postura, que na realidade também foi assumida pela Extensão Rural, é ideológica na medida que serviu para submeter tanto o pensar quanto o agir dos camponeses à lógica do capital. O caráter neutro e universalista passou a constituir-se um mecanismo de dominação das classes subalternas e a servir para justificar a sobreposição do saber científico ao saber popular. Nestas condições, o conhecimento do trabalhador deve adequar-se à organização do processo produtivo ou, como salienta GRAMSCI (1974), "a racionalização determinou a necessidade de elaborar um tipo humano, em conformidade com o tipo de trabalho e de processo produtivo".

Para viabilizar a elaboração de um "novo tipo humano" para o meio rural, o estado capitalista passou a incentivar e ampliar os serviços educacionais de Extensão Rural no sentido de adaptar à força de trabalho técnica e ideologicamente às condições de trabalho dominantes. Para tanto, os extensionistas, intelectuais orgânicos da classe dirigente, ficariam incumbidos de elaborar e difundir a ideologia da modernização que seria repassada aos produtores rurais.

Neste contexto, as relações sociais são tratadas num modelo passivo. Por um lado, os camponeses são consumidores dóceis de novos conhecimentos e tecnologias, por outro lado, os extensionistas são meros transmissores de conhecimentos. Não há espaços para criação e reinvenção do mundo no qual as pessoas pensam, agem e trabalham. Coerente com a noção de equilíbrio advinda do funcionalismo, este modelo se apoia nos conceitos consenso e estabilida-

de social, com a minimização dos conflitos e contradições sociais. A crença na neutralidade de valores mais que uma postura ideológica é uma posição que serve para a manutenção da hegemonia político-social e econômica. Uma consequência dessa visão foi que a estrutura e a superestrutura da sociedade dominante são consideradas justas. Não problemáticas. Se os problemas existem, estão situados no indivíduo. Por isso, devem ser educados para que possam se integrar de maneira equilibrada na sociedade.

Os conhecimentos são elaborados e sancionados sem a participação do trabalhador, negando-se a possibilidade de haver conhecimentos úteis fora daqueles propostos pela Agência de Extensão. Quando admitem a existência de um saber popular, é no sentido de ridicularizá-lo, desestruturá-lo e desqualificá-lo. Nesta visão, são restritas as possibilidades de haver integração de saberes e concepções de mundo para o desenvolvimento de ações criativas e transformadoras do homem no mundo. O fato de situar os conhecimentos fora e acima da realidade prática do camponês torna-se um mecanismo coercitivo e de controle social. Enfim, um instrumento gerador de conformismo. Face ao caráter autoritário-dominador do conhecimento científico, os camponeses vão substituindo seus saberes adquiridos no seu trabalho prático pelos conhecimentos científicos.

Uma vez que a racionalidade tecnocrática define previamente os conhecimentos científicos a serem repassados aos camponeses, o como fazer, isto é, a metodologia educacional extensionista também ficaria marcada pelo forte caráter autoritário e antidiálogo.

A educação caracterizar-se-ia, segundo FREIRE (1983), pela verticalidade da relação extensionista-camponês, pelo afluxo unilateral de mensagens, pela persuasão e imposições de conhecimentos, caracterizando um processo de incomunicação e não participação, na medida em que estas são concomitantes. A imposição de determinados conhecimentos é a negação da comunicação, condição "*sine qua non*" para haver educação que leve em conta a realidade do trabalhador e permite o afloramento do verdadeiro processo de aprendizagem.

O papel do extensionista no interior da hierarquia da produção capitalista lhe confere uma posição de superioridade e poder em relação aos camponeses. A distribuição desigual de conhecimento técnico-científico, associada a uma imagem de uma sociedade hierarquizada e dividida em diferentes papéis e posições, passa a ser aceita e introjetada tanto pelo técnico, como pelo camponês. A manutenção destas posturas fixas dos indivíduos serve para: justificar a intervenção dos técnicos; legitimar as relações verticais e autoritárias, configurando uma situação de unila-

teralização do poder decisório. Neste modelo educacional, educador e educando são mantidos em polos antagônicos, negando-se o caráter recíproco da educação.

Este caráter vertical da relação extensionista-camponês está relacionado com o processo de hierarquização do saber no interior da sociedade capitalista. Nesta, o conhecimento é considerado propriedade. É poder. Por isso, segundo GRAMSCI (1988), o conhecimento é limitado a poucos indivíduos que irão ocupar posições de "status" social e melhores recompensas econômicas. Num lado oposto, é mantida uma maioria de homens que não tem posse de conhecimentos e lhes é reservado apenas o ensino profissionalizante para melhor desempenhar trabalhos manuais, tidos como inferiores, mas necessários às relações de produção. No caso específico desse estudo tem-se que o extensionista é o que tem estudo universitário e os camponeses os que recebem um ensino não-formal, no máximo profissionalizante, para melhor qualificação de mão-de-obra necessária à otimização das atividades agropecuárias. Sob este enfoque, a Extensão Rural frisou a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e, entre o *homo sapiens* e *homo faber*. Assim, o modelo educacional extensionista negou a capacidade intelectual do camponês, suas potencialidades criativas e inventivas e, por isso, condenou-o a apenas fazer. Não foram proporcionados espaços para que os camponeses refletissem a realidade em que vivem, pensam e trabalham.

Pode-se dizer que o acúmulo de maior bagagem de informações tecnológicas tornou os camponeses mais instruídos sobre a produção agropecuária. Contudo, não ficaram mais cultos. Tem-se o fato de que, na ação extensionista, não houve ligações entre: os novos conhecimentos transmitidos-vida real dos camponeses-sociedade. Ou, em outros termos, não houve ligação entre instrução-educação. Nas práticas educativas, segundo GRAMSCI (1988), "o nexos instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e cultura que ele representa e o tipo de sociedade e cultura representada pelo aluno". Como vimos, na Extensão não houve um "trabalho vivo" de interação dos saberes e cultura dos educadores e educandos, mas um "trabalho mecânico" de substituição de saberes. Nestas condições, a Extensão limitou-se à instrução dos camponeses, uma vez que educação e cultura implicam num desenvolvimento pleno e equânime das capacidades de trabalho intelectuais e das capacidades de trabalho manuais. Esta cisão entre instrução e educação tem servido para melhor desempenho de um domínio sobre as classes subalternas.

A partir desta constatação, é possível compreender as freqüentes críticas dos camponeses à preocupação demasiada da Extensão Rural em apenas orientar durante a produção, omitindo-se em estudar e refletir as relações sociais que ocorrem antes e após a produção. Para os camponeses que sentem os problemas de uma inserção subordinada na sociedade capitalista, o ensino extensionista e a tecnologia não podem ser abordados com instâncias neutras e isoladas dos demais aspectos da vida rural. Subjetivamente, os camponeses reivindicam nexos entre instrução acerca de produção propriamente dita e a sociedade num sentido mais amplo.

Os pacotes tecnológicos, instrumentos utilizados pela Extensão Rural para acelerar a difusão de tecnologias, também passariam a representar um mecanismo de controle tanto dos camponeses como dos extensionistas. Nos pacotes tecnológicos, verdadeiros conteúdos "enlatados" de conhecimento, o planejamento fica divorciado da execução. As instituições de pesquisa, sob a influência das regras impostas pelas indústrias, ficaram incumbidas da elaboração e planejamento dos conteúdos dos pacotes. Uma vez devidamente equacionados, não havia mais espaços para pensar, criar e questionar. Havia necessidade apenas de repassá-los aos produtores rurais para que seguissem a risca todas as recomendações. Isto significou um processo de desqualificação do saber dos agricultores e a negação da capacidade criativa dos técnicos e camponeses. Indica também a emergência de uma nova racionalidade que engendra novas maneiras de dominação, dentro das relações capitalistas de produção. Na realidade, como frisa FIGUEIREDO (1984), "a adoção de uma determinada matriz tecnológica implica, necessariamente, na adoção de equivalentes valores, estilos, padrões de organização social de tal modo que todo padrão tecnológico carrega, obrigatoriamente, uma padrão de dominação".

Com a implementação dos pacotes tecnológicos, apenas a execução da transmissão da tecnologia ficou a cargo do extensionista. As habilidades deliberativas acerca do planejamento e avaliação do ensino e estratégias de ação para determinados grupos sociais, com base no conhecimento íntimo dos indivíduos não são exigidas. A redução da ação do extensionista apenas ao ato de repassar tecnologia aos camponeses está relacionada a uma pedagogia que suprime a intervenção humana e legítima as funções de dominação. As origens desse procedimento encontram-se na racionalidade tecnocrática, onde as relações humanas, a afetividade e subjetividade são negadas face ao tão propugnado caráter neutro, ético e positivo da tecnologia.

No quadro social que se estabeleceu a partir da modernização da produção agrícola surgiria um processo de contradição entre o conhecimento e o lugar desempenhado pelas principais agências educativas (família, comunidade camponesa e Extensão Rural). Assim, os valores, tradições e saberes reafirmados nos diversos atos do trabalho familiar camponês começavam a entrar em choque com a necessidade de obter novos conhecimentos da Extensão Rural, como maneira de intensificar a produção agropecuária, mas que implicaria em perda da autonomia. Neste dilema, o que está em questão é a contradição existente entre o saber do camponês e o saber científico embutido nas novas tecnologias. Por um lado, a organização do trabalho camponês tem como base a família, intimamente ligada a natureza e adquirida no trabalho cotidiano. Por outro, a intermediação da tecnologia na produção camponesa passa a requerer um conhecimento especializado, com base na racionalização do trabalho.

As tentativas de modernização das unidades camponesas passam a exigir um novo tipo de trabalho, novos tipos de conhecimentos, congregação de esforços que envolvem o exercício de uma outra racionalidade. A família e a comunidade camponesa não conseguem dar todas as respostas à nova situação que se configurou; com isso, força-se a necessidade de adotar novos saberes ofertados pelas agências estatais. O camponês se põe diante de uma situação ambígua, pois o conhecimento que é produzido fora da comunidade e proposto pela extensão se apresenta como negador dos conhecimentos gerados e transmitidos no interior das unidades camponesas. Mas, ao mesmo tempo, são conhecimentos científicos que se apresentam como necessários no novo contexto histórico-social em que vivem.

Contudo, os conhecimentos adquiridos empiricamente no trabalho dos camponeses nunca são substituídos passivamente em sua totalidade pela "concepção de mundo" modernizante da classe dirigente. Há um saber de resistência entre os subalternos que dificulta essa substituição, como forma de manter uma identidade própria indispensável à sobrevivência nas condições precárias de existência. A respeito disso, BRANDÃO & REIS (1982) frisam que: "a defesa de uma fração de saber e tecnologia envolve a defesa de classe sobre uma ordem social endógena, própria, popular. Envolve a consciência de que, por detrás de jogos de oferta-e-mudança, há relações de apropriação daquilo que, mesmo rústico, muitas vezes precário, é o que o povo faz e sabe fazer, e usa, não apenas para reproduzir a sua vida, mas para reproduzir a ordem que, social e simbolicamente, sustenta a vida".

Assim, a experiência de vida dos camponeses pode ser estendida como uma instituição pedagógica elementar, tendo na família e na comunidade seus principais agentes. Segundo CURY (1985), "a experiência de vida educa pelas condições de vida, pelo estilo de vida, pelas necessidades a serem preenchidas e pelos problemas reais com que uma classe se defronta. As condições materiais de existência e de trabalho educam". Imanente a esse modo de viver, surge um saber próprio que é reafirmado quando entra em confronto com novos saberes, advindos de fora da comunidade. O provérbio popular: "a prática vale mais que gramática", confirma essa postura político-social. A experiência prática de vida ensina e impede a aceitação passiva dos conteúdos pedagógicos provenientes de fora de seu contexto sócio-cultural. Neste sentido, há resistência às tentativas de homogeneização cultural.

Os camponeses valorizam o conhecimento científico, pois nele percebem que podem potencializar o esforço empregado na agricultura, recuperar os solos empobrecidos, aumentar a produtividade e, por isso, julgam-no necessário para continuar a reproduzir-se. Mas, ao mesmo tempo, valorizam o seu conhecimento empírico, suas crenças e percepções ligadas às práticas agrícolas e à vida rural. Neste processo contraditório há atração e resistência por esses conhecimentos científicos. Os camponeses, segundo RODRIGUES (1984), "tem que escolher entre rechaçar este novo conhecimento o que comprometeria o seu trabalho; aceitar pacificamente e por inteiro o que destruiria o seu saber acumulado e exigiria dele um grande esforço de aprendizagem; ou ainda, absorver o conhecimento novo que lhe é imposto, mas recriando-o a partir de sua própria experiência e da sua prática, tirando-lhe a condição de estranheza".

Na realidade, não é apenas o caráter instrumental da tecnologia que os camponeses levam em consideração no processo de adoção. O fato é que as tecnologias devem ser estendidas como processo social e, portanto, estão inseridas no contexto da organização das relações sociais que definem a estrutura social de produção. As tecnologias tornam-se portadoras de relações sociais que, numa sociedade de classes, tendem a ser um mecanismo de transferência e apropriação da riqueza socialmente produzida. Desta forma, segundo PINTO (1981), a tecnologia atua como "ponta de lança" no encadeamento do ciclo de subordinação do campesinato ao capital comercial, financeiro e industrial. Assim, freqüentemente, os camponeses resistem às tecnologias como tentativa de não submeterem-se às relações de dominação que compõem o conjunto das formas produtivas.

Quando se trata de adoção de novas tecnologias pelos pequenos proprietários a situação torna-se

mais crítica, uma vez que os recursos econômicos são mais escassos. Para os camponeses que têm uma visão totalizadora do seu processo produtivo, muitas vezes a difusão de tecnologia que a Extensão promove apresenta-se com um caráter fragmentário, dissociado de sua lógica e, por isso, incompreensível.

As tecnologias que de fora queriam impor aos camponeses muitas vezes não eram aceitas; não por uma suposta resistência natural à tecnologia, mas pela "ilogicidade" do raciocínio condutor da modernização agropecuária. Em outras palavras, muitas tecnologias foram rejeitadas em função da incongruência entre preços dos produtos agrícolas e o custo da produção. Colocando nestes termos, o problema não se situa num plano individual, como propugnam os teóricos do difusionismo, mas nas contradições da estrutura de produção capitalista. Muitos camponeses até reconhecem que, num plano teórico, os ensinamentos e técnicas da Extensão Rural eram muito válidos para intensificar suas atividades agropecuárias. Contudo, nas condições em que se inserem na realidade social, eram impraticáveis em função dos altos custos de produção.

É por isso que no processo de transferência tecnológica promovido pela Extensão Rural há um caráter de desconfiança, próprio da psicologia de classe do campesinato, que se configura como elemento de resistência social. Assim, o campesinato demonstra certo receio e apreensão ao adotar novas tecnologias, uma vez que estas ampliam as possibilidades de perder os poucos instrumentos de trabalho que dispõe. Este receio às novas tecnologias pode ser interpretado como mecanismo de defesa frente ao caráter expropriatório das tecnologias ofertadas na sociedade classista. Vale salientar que os oprimidos manifestam repúdio contra o opressor nas objetivações imediatamente sensíveis e visíveis e, nem sempre têm consciência das raízes da opressão que, para eles, na maioria das vezes, aparecem num plano invisível. As tecnologias é que se mostram imediatamente sensíveis, e é contra elas que os camponeses geralmente se opõem.

Sendo assim, nas comunidades camponesas a religiosidade popular aparece como um elemento de oposição à inovação tecnológica. Embora a Extensão Rural buscasse introduzir uma racionalidade técnico-científica, uma concepção de mundo mais moderna, passando a negar e desprestigiar as manifestações religiosas, como rezas e benzeduras para proteger a produção agropecuária, tais manifestações ainda permanecem vivas entre os camponeses. No decorrer dos anos, possivelmente adquiriram novas maneiras de manifestação, novas significações, mas não foram substituídas em sua totalidade. O processo de sobrepor mecanicamente o conhecimento científico ao conhecimento do camponês teria produzido uma resis-

tência natural: "uma reação de defesa ante o "invasor" que ameaça romper o equilíbrio interno" (FREIRE, 1983). Nestas situações adversas, a religiosidade popular, elemento cultural sólido, passa a ser o universo explicativo e de fundamentação das ações dos camponeses.

Os teóricos da Extensão freqüentemente se referem a estes comportamentos como superstição e ignorância, próprios do isolamento no qual as sociedades tradicionais vivem. Mas, essas manifestações não podem ser interpretadas como resultado do isolamento sócio-político-econômico em que as comunidades se encontram. Antes se constituem em respostas concretas de caráter místico e subjetivo, porém intimamente ligadas às transformações políticas da sociedade, percebidas pelos pobres do campo como adversas a si.

## CONCLUSÃO

As práticas sociais dos camponeses frente a Extensão Rural são contraditórias e ambíguas. Desenvolvem-se brechas da cultura hegemônica e aparecem em determinados momentos conformando-se a ela, noutros rejeitando-a, resistindo-a. Neste sentido, a educação não é apenas instrumento orientado à reprodução das relações de produção, mas ela reserva aspectos para a transformação da realidade social.

As transformações nas bases tecnológicas, as quais a Extensão Rural contribuiu para promovê-las, resultaram na ampliação da expropriação econômica e do saber dos camponeses, submetendo-os à ordem dominante. Ao invés de proporcionar um lugar de reflexão no campo produtivo e político-social acabou por impor um saber reforçador de uma sociedade estratificada economicamente, dividida em homens que sabem e dirigem e, os que não sabem e apenas devem fazer. Essa prática educativa posiciona-se metodologicamente contra a necessidade de promover oportunidades igualitárias de desenvolvimento individual e social. Portanto, não se constituiu em canais de promoção de melhores condições de vida à população rural carente e nem a igualação econômica. Seu papel ficou na adequação da força de trabalho camponesa e na elaboração de um modo de pensar consentâneo à estrutura de produção agropecuária dominante. A assimilação acrítica dos conteúdos ideológicos dominantes ao nível do senso comum faz o homem simples agir sem refletir e questionar criticamente. Sem ter consciência teórica de suas ações adere conformisticamente a esta "concepção de mundo".

Contudo, os mecanismos de reprodução social, através do sistema educacional, nunca são completos e deparam-se com elementos de oposição cons-

ciente ou inconsciente. Os camponeses demonstram capacidade e disponibilidade de reinventar e reconstruir os significados da Extensão Rural sob suas condições reais de vida e trabalho. Neste processo, a família e a comunidade tornam-se os principais agentes educacionais. Para os camponeses, o saber produzido por estes agentes é de intensa significação, por que nasce a partir das condições de vida material, de seu estilo de vida, de suas necessidades e problemas que se defrontam. O saber de resistência por elas gerado dificulta a hegemonização do mundo e surge como instrumento de luta para que sua visão de mundo e experiências práticas historicamente acumuladas sejam respeitadas e levadas em consideração.

Por fim, há necessidade de se elaborar um serviço de Extensão Rural comprometido com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das capacidades intelectuais dos camponeses. Uma educação que tende a superação de uma prática extensionista estreitamente ligada à qualificação manual do trabalho, ascendendo, concomitantemente, à qualificação do trabalho intelectual.

Dentro deste marco, o que fazer da Extensão deveria tomar como ponto de partida os problemas vividos e sentidos pelos camponeses, isto é, os camponeses em seu trabalho concreto, nas suas lutas maiores, nas relações sociais de que estão envolvidos. Assim, a Extensão Rural proporcionaria os instrumentos necessários para que os camponeses possam refletir sobre a realidade e agir de maneira crítica, com propósito de ampliar os espaços participatórios para a construção de uma nova ordem social e moral.

## FONTE DE AQUISIÇÃO

a - A região da ex-Colônia Italiana de Silveira Martins compreende os municípios de Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine e Ivorá, localizados na micro-região da Encosta do Planalto do Estado do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado. nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal. 1985. 128 p.
- BRANDÃO, C.R., REIS, S.A. **Tecnologia alternativa, educação e saber.** Bahia: CEPED-CENDRO, SEPLANTEC, 1982. 46 p. (mimeografado).
- CHAYANOV, A.G. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J., STOLKE, V. orgs. **A questão Agrária.** 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-136.



- CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 309 p.
- CURY, C.R.J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para a teoria crítica do fenômeno educativo**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985. 154 p.
- FIGUEIREDO, V. O trabalhador rural e a modernização da agricultura. **Revista Brasileira de Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 4, p. 12-18, 1984.
- FONSECA, M.T.L. **A Extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 191 p.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. v. 2, Lisboa: Estampa, 1974. 355 p.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 341 p.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988. 244 p.
- MARIN, J.O. **Conformismo e resistência dos camponeses à Extensão Rural. Santa Maria-RS**. 235 p. Tese (Mestrado em Extensão Rural) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 1991.
- MARIN, J.O. Trabalho e educação nas colônias italianas: o caso de Silveira Martins-RS. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 1993, Recife, PE. **Anais...** Recife, SBPC, 1993, v. 2, 1002 p., p. 775.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, 185 p.
- ORTIZ, R. **A consciência fragmentada - ensaios de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. 129 p.
- PINTO, J.B.G. **Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural**. Recife: Projeto DRIN-Brasil 1981. OEA/SUDENE. Doc. nº A-8, 24 p. (mimeografado).
- QUEDA, O. **A Extensão Rural no Brasil - da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba-SP. 201 p. Tese (Livre Docência) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 1987.
- RODRIGUES, O.F.S. A relação entre (trabalho e conhecimento camponês) - unidade e ruptura. **Caderno do CEDES**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 50-56, 1984.
- SANTOS, J.V.T. **Colonos do vinho - estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hicitec, 1984, 185 p.
- SEVERINO, A.J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986. 106 p.